

08.abril.2015 – 14h00

RELATÓRIO DE AUDIÇÃO

Entidade: Sindicato Nacional dos Psicólogos
Dr. João Freire - Presidente (videoconferência)

Recebido por: Grupo de Trabalho da Indisciplina em Meio Escolar: Deputados Rui Pedro Duarte (Coordenador), Maria da Conceição Caldeira (PSD), Sandra Pontedeira (PS) e Diana Ferreira (PCP).

Assunto: Indisciplina em meio escolar.

Exposição: O Sr. Coordenador do Grupo de Trabalho da Indisciplina em Meio Escolar, Deputado Rui Pedro Duarte, agradeceu a disponibilidade do Dr. João Freire para colaborar com os Deputados e explicitou o enquadramento em que a audição foi agendada.

O Sr. Presidente do Sindicato Nacional dos Psicólogos agradeceu o convite que lhe foi dirigido e fez uma breve exposição sobre a questão da indisciplina em meio escolar, cujo texto pode ser consultado na [página do Grupo de Trabalho, na internet](#).

Defendeu, em síntese, que o contrato social que deve vigorar entre as instituições e os cidadãos é aquele que se preconiza na promoção da disciplina na escola e apontou oito pontos que, no entender do Sindicato, resumem o que se pretende neste mesmo contrato entre a comunidade educativa:

1. **Compromisso**, por parte de toda a comunidade, em estabelecer e manter os comportamentos adequados como uma condição essencial para aprender.
2. **Expectativas comportamentais elevadas**. A comunidade deve partilhar e comunicar expectativas elevadas acerca do comportamento apropriado dos alunos.
3. **Regras claras e amplas**. As regras, sanções e procedimentos devem ser desenvolvidos também com base nos pontos de vista dos alunos, especificadas claramente e comunicadas a toda a gente.
4. **Prática das regras e das medidas desde o início do ano**. Um bom desempenho depende da predeterminação da necessidade de desenvolver esquemas de regras e comunicação das mesmas anteriormente ao início das atividades letivas.
5. **Clima escolar positivo**. Um clima social escolar positivo, caracterizado pela preocupação com os alunos enquanto indivíduos é comum nas escolas bem disciplinadas.
6. Uma **liderança visível** e que apoia os elementos da comunidade. Uma direção deve estar presente na vida da escola e não só nos atos públicos ou nos episódios graves. Deve ser visto nos corredores, na sala dos professores, revelando interesse pela vida escolar.
7. Delegação da **autoridade disciplinar nos professores**. As situações graves são acolhidas numa Direção mas o dia-a-dia da sala de aula é gerido pelo professor, enquanto direito e dever. O professor tem o direito de melhorar a sua gestão da sala de aula e as competências de disciplina, através de formação, se necessário. Não está nem deve sentir-se, contudo, só ou isolado.
8. **Laços de proximidade entre a comunidade**. As escolas com bons desempenhos disciplinares têm relações próximas, com níveis elevados de comunicação e parceria, com as comunidades ou organizações circundantes. Estas escolas têm uma boa participação dos pais nas funções da escola e as comunidades estão informadas das atividades da escola.

Interveio, de seguida, a Sra. Deputada Conceição Caldeira (PSD), que agradeceu a disponibilidade e colocou algumas questões, nomeadamente sobre se considera que os ambientes escolares são atualmente mais violentos, sobre a forma como os psicólogos podem apoiar as escolas nesta tarefa e sobre a forma como as escolas podem organizar-se para educar para a cidadania. Perguntou também se o Estatuto do Aluno é Ética Escolar constitui um bom



ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA

Comissão de Educação, Ciência e Cultura

instrumento e se confere autonomia às escolas para poderem aplicá-lo e ainda sobre o tipo de formação para pessoal docente e não docente que preconizam, de forma a melhorar a intervenção destes profissionais.

A Sra. Deputada Sandra Pontedeira (PS) saudou o Dr. João Freire e colocou algumas questões, designadamente sobre se o Sindicato dispõe de dados relativos aos casos de indisciplina reportados pelos psicólogos que trabalham nas escolas, sobre se entendem que faz falta um espaço para a educação para a cidadania, sobre o contributo dos psicólogos junto dos alunos e dos pais e ainda sobre o que entendem que a Assembleia da República deve fazer para ajudar os pais a envolverem-se mais na vida escolar dos seus educandos.

A Sra. Deputada Diana Ferreira (PCP) agradeceu a exposição e disse acompanhar a reflexão que foi efetuada, entendendo que a escola acaba por reproduzir muitas das desigualdades que se verificam na sociedade, sendo que a degradação das condições de vida das pessoas atingiu níveis muito elevados. Questionou, de seguida, sobre se a constituição de mega agrupamentos poderá contribuir para o fenómeno da indisciplina, sobre se o número de alunos por turma pode concorrer para o aumento de casos na sala de aula e sobre a insuficiência e precariedade dos profissionais de educação, nomeadamente de psicólogos. Perguntou ainda se a criação de gabinetes de intervenção multidisciplinar, como propôs o PCP, poderia ser uma solução para a indisciplina e violência.

Em resposta às questões colocadas, o Dr. João Freire referiu-se à escassez de psicólogos nas escolas, considerando que a resposta não pode ser eficaz, quando existe um psicólogo para 2000 ou 3000 alunos, pelo que os pais que têm meios procuram fora uma resposta que a escola não pode dar. Afirmou que muitos dos problemas da sociedade foram levados para a escola, sendo os casos de indisciplina e violência mais visíveis hoje.

Referiu que os psicólogos podem desempenhar um papel importante no combate a este fenómeno, não só através de formações para professores, mas também de programas específicos para alunos e para outros membros da comunidade educativa. Em relação ao Estatuto do Aluno e Ética Escolar, considerou que serve os seus propósitos se for adequadamente utilizado.

Lamentou que se tenha perdido a política de proximidade com a criação de mega agrupamentos e defendeu a necessidade de um espaço específico para falar sobre o funcionamento das instituições, sobre o valor do Estado e do contrato social. Considerou ainda que os gabinetes multidisciplinares, que defendem há anos, seriam muito importantes neste combate e poderiam representar uma poupança.

Terminou, defendendo que é urgente perceber que trabalhar o relacionamento interpessoal depende da motivação das pessoas e estas têm de se sentir respeitadas e valorizadas no seu local de trabalho.

A terminar a audição, o Sr. Coordenador do Grupo de Trabalho agradeceu a exposição feita e informou que proximamente iriam fazer visitas a escolas e no final uma Conferência.

A gravação áudio da audição e o documento respeitante à intervenção encontram-se disponíveis na [página do Grupo de Trabalho, na internet](#).

Palácio de São Bento, 08 de abril de 2015

A assessora
Cristina Tavares